

BOLETIM CULTURAL

(2006)



MUNICÍPIO DE VILA VERDE

FICHA TÉCNICA

Direcção

Vereador do Pelouro da Educação e Desenvolvimento Dr. Rui Manuel Ferreira da Silva

Coordenação Geral

Prof. Doutor Aurélio de Oliveira

Conselho de Redacção e Conselho Científico

Prof. Doutor Aurélio Oliveira

Prof. Doutor José Marques

Prof. Doutora Nicole Devy-Vareta

Prof. Doutora Maria Marta Lobo de Araújo

Prof. Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha

Doutor Arquitecto Hélder Diegues Cerqueira de Souza

Mestre José Hermínio da Costa Machado

Assessoria

Dra. Adélia Santos

Design Gráfico

Dra. Jacinta Macedo

Impressão

Gráfica Vilaverdense - Artes Gráficas, Lda

Edição

Câmara Municipal de Vila Verde – Outubro de 2008

Créditos Fotográficos

Da pág. 16 à 23 - Dr. José Hermínio Machado

Da pág. 93 à 128 - Doutor Arqtº Helder de Souza

Da pág. 132 à 150 e contra-capa - Foto Felicidade - Câmara Municipal de Vila Verde

Contra-capa

Nossa Senhora do Rosário - Igreja de Penescais

Tiragem

1000 exemplares

ISSN

1646 - 3196

Depósito Legal

234184/05

ÍNDICE

Notas de Apresentação:

1. Prof. Doutor Aurélio de Oliveira Coordenador (deste Boletim Cultural de Vila Verde)	07
2. Eng.º José Manuel Fernandes Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde	09

AS TERRAS DE VILA VERDE NA TRADIÇÃO MUSICAL Mestre José Hermínio da Costa Machado	11
--	----

MENINOS DE NINGUÉM: AS CRIANÇAS ABANDONADAS NO PICO DE REGALADOS (SÉCULOS XVII-XX) Prof. Doutora Maria Marta Lobo de Araújo	25
---	----

VILA VERDE: DINÂMICAS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO Prof. Doutora Nicole Devy-Vareta	39
--	----

AS REFORMAS ECLESIASTICAS E O REORDENAMENTO DAS PARÓQUIAS DE VILA VERDE, NOS SÉCULOS XIII-XV Prof. Doutor José Marques	49
--	----

CINCO RETRATOS NOS PAÇOS DO CONCELHO: A DINASTIA DOS FEIOS DA QUINTA DA TORRE Doutor Arqt.º Hélder Diegues Cerqueira de Souza	93
---	----

ASPECTOS ICONOGRÁFICOS DO ESPAÇO SACRO BARROCO EM TERRAS DE VILA VERDE: A arquitectura religiosa pública e privada em meados do século XVIII Prof. Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha	129
--	-----

ARQUIVO - AS FESTAS CENTENÁRIAS DA CRIAÇÃO DO CONCELHO NOS JORNAIS REGIONAIS Prof. Doutor Aurélio de Oliveira	153
---	-----

Meninos de ninguém: as crianças abandonadas no Pico de Regalados (séculos XVII-XX)

Maria Marta Lobo de Araújo*

O abandono de crianças foi uma prática corrente em toda a Europa Moderna, tendo-se intensificado a partir de meados do século XVIII até ao terceiro quartel do século seguinte, transbordando, por conseguinte, para o Período Contemporâneo. A análise deste fenómeno exige um olhar atento sobre os comportamentos e atitudes da família, bem como sobre o sistema de assistência existente.

O arco cronológico referenciado corresponde “grosso modo ao aumento demográfico europeu”, reflexo da subida da fecundidade, onde se regista paralelamente uma ascensão da natalidade ilegítima, e ainda uma baixa da mortalidade.¹

O fenómeno foi também conhecido na América portuguesa, mas o enjeitamento de crianças não atingiu aí os níveis conhecidos na Europa. Razões particulares de uma sociedade em crescimento, que necessitava de mão-de-obra, terão ditado um enquadramento social diferente, dando lugar ao crescimento da criança no seio familiar, mesmo que resultasse de relações ilícitas.² Mais preocupadas em impedir famílias espúrias³, as ordens religiosas sediadas no Brasil mostraram-se mais tolerantes com as “uniões ilícitas”, punindo apenas os casos em que o escândalo se tornava público.⁴

Em Portugal, pelo contrário, não houve nenhuma cidade ou vila que não conhecesse o drama da exposição. Mesmo as vilas pequenas como a Pico de Regalados (actual concelho de Vila Verde) foram confrontadas com esta realidade.

* Docente do Departamento de História da Universidade do Minho.

¹ Para o quadro demográfico europeu confira-se Sá, Isabel dos Guimarães, “Expostos, história das populações e informática”, in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, nº 3, año VII, 1989, p. 56..

² Sobre os expostos da capitania de São Paulo veja-se Silva, Maria Beatriz Nizza da, “O problema dos expostos na capitania de São Paulo”, in *Revista de História Económica e Social*, nº 5, 1980, pp. 95-96. Leia-se também Bacellar, Carlos de Almeida Prado, *Viver e sobreviver em uma vila colonial. Sorocaba, séculos XVIII e XIX*, São Paulo, Annablume Editora, 2001, pp. 181-204.

³ Famílias que resultaram de relações adúlteras.

⁴ Para esta matéria confira-se Teixeira, Paulo Eduardo, *O outro lado da família brasileira*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2004, pp. 47-48.

Porém, nem todos os que se expuseram nesta vila eram da paróquia. Como era sede concelhia, a Pico de Regalados passou a contar com uma Roda, a partir da segunda metade do século XVIII. A vila transformou-se num local de depósito para muitas crianças que vinham das terras vizinhas e de localidades mais distantes.

O nosso trabalho estuda os expostos de Pico de Regalados entre os séculos XVII e XX, centrando a análise nos séculos XVIII e XIX, período em que o abandono foi mais elevado. No século XVII verificaram-se alguns casos e em 1914 registou-se a última exposição.⁵

Pretendemos ainda realçar a pobreza das famílias, relacioná-la com o fenómeno da exposição e analisar a assistência pública disponibilizada a estas crianças.

A abordagem que fazemos está, contudo, limitada às fontes disponíveis. O arquivo do extinto concelho de Regalados foi desmantelado e a documentação disponível é escassa, não permitindo conhecer muitos aspectos deste fenómeno na localidade.

O nosso interesse por esta temática não é novo e reporta-se ao início da década de noventa do século passado, quando tivemos o primeiro contacto com o enjeitamento de crianças nesta localidade. Na altura, as nossas preocupações estavam centradas na análise da estrutura demográfica da paróquia, destacando o funcionamento das suas variáveis. Nesse momento, fizemos apenas uma pequena incursão pelo mundo da exposição, dando a conhecer alguns dramas destas crianças e os percursos de vida a que foram sujeitas logo após os primeiros tempos de vida.⁶

É hoje claro para os investigadores que a exposição de crianças deve ser estudada em relação directa com o funcionamento das variáveis demográficas e que ela não é um produto apenas de relações ilícitas. O abandono de crianças é proveniente de agregados familiares que têm à cabeça mulheres solteiras ou viúvas, cabendo-lhes o fardo de criar e educar o filho, mas também de famílias formalmente constituídas. Entre os expostos encontram-se crianças ilegítimas e legítimas.

Mas quais foram as razões que motivaram a exposição? Um jurista português de inícios do século XIX, circunscreveu-as a questões de ordem social, económica e moral.⁷

Os motivos que levaram ao abandono foram vários e alguns eram pessoais, mas as duas primeiras razões teriam sido as que mais pesaram na decisão das famílias legítimas. O nascimento de mais um filho podia pôr em perigo todo o agregado familiar, que vivia já numa situação aflitiva.⁸ Com fracos recursos e sem possibilidade de melhorar as suas

⁵ No século XX, ocorreram apenas duas exposições, uma em 1902 e a outra em 1914.

⁶ O estudo sobre a população desta paróquia encontra-se em Araújo, Maria Marta Lobo de, *O Pico de Regalados e a sua população 1554-1979*, Braga, Universidade do Minho, 1992, pp. 151-152, dis. de mestrado policopiada.

⁷ Veja-se Pinto, António Joaquim de Gouveia, *Compilação das proveniências, que a bem da criação, e educação dos expostos ou enjeitados se têm publicado e acham espalhadas em diferentes artigos da legislação pátria, a que acrescem outras, que respeitando ao bom regimen, e mesmas leis, tem a experiencia provado a sua utilidade*, Lisboa, Imprensa Régia, 1820, p. 3.

⁸ O número de famílias pobres assistido pela Misericórdia de Ponte de Lima em ocasiões festivas era elevado. Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, pp. 176-180.

vidas, os camponeses experimentavam quotidianos muito difíceis, marcados pela penúria e por dívidas que não conseguiam cumprir.⁹

Anos de más colheitas reflectiam-se na subida dos preços dos produtos e arrastavam os remediados para a pobreza e os pobres para a miséria. A segunda metade do século XVIII e os princípios do século XIX testemunham uma conjuntura particularmente gravosa para os camponeses, que conheceram um agravamento das suas condições de vida.

Carentes de recursos e com uma prole em crescimento, as famílias foram obrigadas a abandonar os seus filhos à caridade pública, aguardando que outros se condoessem das suas crianças e as socorressem até que o poder público se responsabilizasse pela sua criação.¹⁰

Numa época de fertilidade natural em que as práticas contraceptivas eram limitadas e utilizadas apenas por alguns grupos sociais, o ritmo de nascimentos era elevado, não possibilitando a integração na família de todos os seus membros. Optava-se por a sangrar com o enjeite de um dos filhos, normalmente com a esperança de um dia, mais tarde, o poder resgatar. Projecto dificilmente cumprido, dada a elevada mortalidade infantil destas crianças e a pobreza da população camponesa.

A provar que muitas crianças abandonadas eram legítimas e provenientes de famílias normalmente constituídas está o facto de algumas serem entregues posteriormente aos seus progenitores. As expostas Rosa Joaquina da Conceição e Emília da Conceição foram entregues “aos Pais”, em 1853.

A moral e a preservação da honra terão sido motivos também de grande peso na dolorosa decisão de abandonar um filho. Mulheres solteiras ou viúvas com gravidezes não desejadas, ou socialmente não consentidas, que aguardavam promessas de casamento nunca cumpridas, eram obrigadas a enjeitar os seus rebentos.

Perder a honra, manchar o seu bom nome, bem como o da família, era socialmente considerado uma desgraça para uma rapariga, quer fosse camponesa ou pertencesse a uma família de elite.

A crueldade foi algumas vezes amenizada com a esperança de um dia poder recuperar a criança e alguns expostos foram mais tarde entregues às suas mães. Tomás de Aquino e Lino António Luís foram devolvidos às suas mães em 1853, provando serem filhos de relações não consentidas social e religiosamente. Mas o caso de Tomás de Aquino foi mais grave. A criança foi entregue à mãe pela polícia, tendo esta sido multada em 1.030 réis.¹¹

Uma vez mais as razões desta condenação foram ocultadas, mas não andaremos longe da verdade se adiantarmos que estariam associadas a abandono ilegal.

⁹ A propósito deste assunto confira-se Oliveira, Aurélio de, “A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII). Alguns aspectos e problemas”, in *Revista de História Económica e Social*, nº 6, 1980, pp. 17-42.

¹⁰ Para Salamanca veja-se Fernández Ugarte, María, “La miseria como factor desintegrador de la familia en la Salamanca del seculo XVIII (1700-1725)”, in *Studia Historica. Historia Moderna*, vol. IV, nº 3, 1986, p. 124.

¹¹ Arquivo Municipal de Vila Verde, (doravante AMVV), Pasta do Pico de Regalados, *Folhas de pagamentos das Amas criadeiras 1852-1853*, não paginado.

Durante o período em que o sistema das Rodas esteve em vigor, as autoridades locais tinham recomendações para indagar os agentes de exposição e proceder à devolução das crianças, caso não se verificasse impedimento grave. Este princípio contraria a ideia de que as Rodas eram “instituições francas”, onde se podia descarregar o fardo que uma criança constituía e partir tranquilamente. Com a abolição das Rodas o processo de averiguações intensificou-se, constituindo prática a audição de testemunhas e relatos pormenorizados sobre a exposição. Procurava-se reprimir o abandono clandestino e cumprir o Código Penal de 1852.

Em 1805, 53,4% dos expostos de Barcelos foram entregues. Destes, 43,4% foram devolvidos às suas mães e os restantes às amas e às avós. Estas últimas eram muitas vezes também amas.¹² Foi provavelmente um ano excepcional de devolução às famílias, mas prova o interesse destas em recuperar as suas crianças e também o afecto que algumas amas lhes dispensavam.

Aparentemente, as crianças abandonadas sugerem não ter quem se ocupe e cuide delas. Porém, as Ordenações estabeleciam claramente quem delas se devia ocupar.¹³

Os órfãos, as crianças ilegítimas e os expostos seriam tratados e criados pelos pais e depois pelos seus parentes. Se não houvesse possibilidade destes as criarem, seriam os hospitais a cuidar do seu sustento e da sua saúde. Na eventualidade de faltarem estas instituições, o encargo passaria para os concelhos, que à custa das suas rendas se encarregariam da sua criação. A própria legislação previa que estas crianças transitassem da esfera familiar e biológica para os poderes públicos, chamando os concelhos a exercerem responsabilidades que competiam às famílias.

Nos começos da Idade Moderna, algumas Câmaras, quer nas cidades, quer nas vilas, realizaram contratos com as Misericórdias locais, passando para estas instituições de caridade a responsabilidade da criação dos expostos, embora continuassem a subsidiá-las. Porém, houve localidades onde, apesar de terem Misericórdias, o encargo dos enjeitados continuou nas Câmaras.

Pico de Regalados, apesar de ser sede de Município, nunca teve Misericórdia. Por isso, a criação de expostos foi função do concelho.

O crescente número de crianças abandonadas em locais públicos e privados no nosso país obrigou a que este problema fosse enfrentado pelo poder político. Foi assim que as Rodas usadas “nos conventos de clausura, onde eram colocados objectos e correspondência, sem que emissores e receptores se vissem, passaram a ser usadas como receptáculo de crianças enjeitadas, nos hospitais e casas de expostos”.¹⁴

¹² Mais informações sobre estas crianças em Barcelos podem ser encontradas em Matos, Sebastião, *Os expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*, Barcelos, Associação Cultural e Recreativa de Areias de Vilar, 1995, p. 166.

¹³ Confira-se *Ordenações Manuelinas*, livro 1, título 67, § 10; *Ordenações Filipinas*, livro 1, título 88, § 11.

¹⁴ Veja-se Santos, Graça Maria Abreu Arrimar Brás dos, *A assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar - os expostos-1799-1823*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001, p. 75, dis. de mestrado policopiada. Este trabalho foi publicado em 2003.

A Roda passou a significar a exposição e simultaneamente o anonimato. Era formada por “um cilindro de madeira de 80cm a 1m de diâmetro, girando sobre o seu eixo e com uma abertura suficiente para nele se depositar a criança”. Este cilindro ocupava por completo uma abertura na parede do edifício, onde se recolhiam os expostos.¹⁵

Depois da criança ser colocada na Roda, bastava tocar uma sineta para que a rodeira a viesse buscar, não identificando o depositante. O anonimato da exposição favoreceu o fomento desta prática e transformou-o “num exercício alargado e rotineiro”.¹⁶

A Roda foi legalizada por D. Maria I em 1783, através de uma ordem enviada por Pina Manique aos Provedores das Comarcas. Em causa estavam preocupações humanitárias e patrióticas, uma vez que, com as Rodas, se procurava evitar a morte destas crianças e torná-las úteis à sociedade.¹⁷

A Roda de Pico de Regalados estava situada na vila, mas ignoramos quando foi aí instalada e a sua exacta localização. A primeira referência que possuímos sobre esta instituição é de 1790, altura em que António Carvalho e sua mulher Teresa, “rodeiros no dito foral da Pica”, apadrinharam Vitório José João, menino exposto “na roda publica da villa da Pica”.¹⁸

Em 1790, existia já Roda neste concelho, mas as crianças continuavam a ser expostas na rua, às portas ou nos caminhos.

Como a legislação de 1783 vem legalizar uma situação já existente, a Roda de Pico de Regalados podia já estar em funcionamento antes desta data.

Mas qual a proveniência das crianças expostas na Roda ou vindas à Roda do Pico de Regalados? Os dados de que dispomos não contemplam todos os enjeitados, mas a maioria era do concelho e dos Municípios vizinhos. É bem conhecido que as crianças abandonadas percorriam enormes distâncias até serem largadas numa terra, onde as pessoas ou pessoa que as trazia não era conhecida.¹⁹

A mobilidade dos expostos era muito grande e estava associada ao carácter sigiloso que o fenómeno envolvia. Quanto mais longe se abandonasse a criança, menores eram as possibilidades do seu transportador ser conhecido, se o acto fosse presenciado. Por isso, é impossível saber quantas dessas crianças eram da aldeia. A atracção por este local de enjeitamento está directamente relacionada com o facto de nele estar sediada uma Roda e de as crianças poderem ser assistidas.

As Rodas possuíam um corpo de funcionários²⁰ que tratava as crianças, enquanto não eram dadas para criação a amas. Na Vila de Pico de Regalados, cabia aos “empregados

¹⁷ Confira-se Fonte, Teodoro Afonso, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Ponte de Lima; Centro de Estudos Regionais, 1996, p. 45.

¹⁸ Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), *Livro de nascimentos de S. Paio da Pica de Regalados 1730-1794*, nº 439, fls. 185v.-186.

¹⁹ Para o Porto veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

²⁰ Algumas Rodas, sobretudo as maiores, possuíam amas, chamadas “amas de dentro”, que cuidavam das crianças enquanto se mantinham na instituição.

da Roda” (designação utilizada em 1853 para referenciar os que aí trabalhavam) cuidar das crianças durante o tempo que aguardavam as amas de fora.

O Município servia-se de mulheres que se ofereciam para criar enjeitados, mediante o pagamento de um salário. Existiam amas de todos os estados civis, embora muitas fossem casadas e estivessem a aleitar os seus próprios filhos. Eram provenientes das freguesias limítrofes do concelho e de outros Municípios vizinhos e contribuíam com este serviço para aumentar o pequeno pecúlio familiar. O desespero do abandono, mas também a miséria de muitas famílias levaram a que muitas mães se apresentassem na Roda para dissimuladamente serem amas dos seus próprios filhos.

Entre 1852-1853, a Câmara do Pico de Regalados era servida por 151 amas, pagando a cada uma um salário trimestral de 2.400réis ²¹, ou seja, 9.600 réis ao ano. Apesar de ser baixo, o ordenado era importante para as finanças domésticas. Por esta circunstância, algumas mulheres tinham à sua guarda mais do que uma criança e após o falecimento de uma delas candidatavam-se de novo à recepção de outra.

O salário pago na Vila de Pico de Regalados era um pouco superior ao praticado em Ponte de Lima, onde, em 1853, as amas recebiam 720 réis mensais, no primeiro ano de criação, 670 réis no segundo e 620 nos restantes cinco anos. ²² Isto significava um ordenado anual de 8.640 réis no primeiro ano, 8.040 réis no segundo e 7.440 nos restantes assinalados.

O problema dos ordenados não era um assunto menor no contexto da assistência às crianças abandonadas. Com salários muito baixos, as amas não tinham incentivos para tratar bem as crianças, nem dispunham de condições económicas que o facultassem. Por outro lado, estes montantes atraíam apenas as que reuniam menores competências. Os Municípios queixavam-se do peso que esta assistência constituía e da falta de verbas para lhe fazer face ²³. Contudo, o poder político procurou aliciar mulheres que tivessem um melhor desempenho, através de privilégios concedidos aos seus maridos e filhos, que ficavam isentos do serviço de guerra ²⁴. Inicialmente dada a Lisboa, esta prerrogativa foi alargada a outras cidades e vilas do reino, e em 1745 o arcebispo de Braga, D. José de Bragança, ordenou à Câmara que a solicitasse ao monarca, para as amas da cidade ²⁵.

Os deficientes cuidados das amas teriam sido um factor que, agregado a outros, explicam as altas taxas de mortalidade infantil dos expostos. Porém, nem todas as amas eram “madrastas”. Joana Rosa, recebeu um “premio por salvar a vida ao Exposto, autorizado pelo officio nº 248 de 22 de Abril”, de 1853, que importou em 3.600 réis ²⁶.

²¹ AMVV, Pasta do Pico de Regalados, *Folhas de pagamentos das Amas criadeiras...*, não paginado.

²² Para o estudo deste fenómeno em Ponte de Lima consulte-se Fonte, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*..., p. 160.

²³ As enormes despesas eram também denunciadas por outras instituições que cuidavam destas crianças. Veja-se Egidio, Teófonos, “La confradía de San José y los niños expósitos de Valladolid (1540-1757)”, in *Estudios Josefinos*, año XXVII, nº 53, 1973, pp. 86-87.

²⁴ Veja-se Santos, Graça Maria Abreu Arrimar Brás dos, *A assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar - os expostos-1799-1823*..., p. 197.

²⁵ ADB, *Coleção Cronológica*, doc. nº 2674.

²⁶ AMVV, Pasta do Pico de Regalados, *Folhas de pagamentos das Amas criadeiras...*, não paginado.

A menção é lacónica, mas chama a atenção para as estratégias utilizadas pelo poder municipal no sentido de aliciar as amas a cuidarem melhor dos enjeitados e a não os deixarem morrer.

Apesar das elevadas taxas de mortalidade infantil, é possível reconstruir retalhos de vida de algumas destas crianças, dando a conhecer momentos importantes dos que permaneceram na Vila de Pico de Regalados. Maria de Jesus foi exposta em 1839 nesta paróquia. Era lavradeira e em 1869 casou com José Martins. Também Paulo Jorge foi enjeitado em 1876, pelas quatro horas da madrugada na horta de Rosa Angélica Soares, solteira e moradora na Vila de Pico de Regalados. Casou em 1908 com Carolina de Jesus Almeida, natural da freguesia vizinha de S. Cristovão, tendo falecido em 1962, quando já estava viúvo.

Outro aspecto de relevo prende-se com a mobilidade destas crianças enquanto estavam a ser criadas. Era frequente a mudança de amas, sem, no entanto, se perceber o que estava em causa. Sabe-se, contudo, que a falta de cuidado e os maus tratos integravam o quotidiano destes meninos, factos que levavam o poder público a tirá-los destas “mães mercenárias”.

Embora estivessem sujeitas a vistorias, as amas actuavam com ampla liberdade. Em 1783, determinou-se que os Provedores das Comarcas realizassem visitas gerais aos expostos, quando estivessem em acto de correição. Porém, a visita não era efectuada na casa da ama, mas sim na Roda. Era nesta altura que normalmente se procedia à circulação das crianças entre amas.

Para Pico de Regalados não dispomos de fontes para efectuar esse estudo, mas para outras localidades é sabido que não recebiam qualquer penalização e voltavam a receber crianças, quando as havia para dar a criar. Ou seja, o poder político reconhecia os deficientes cuidados prestados, mas o valor destas crianças era tão pequeno que não tomava medidas para alterar os comportamentos das amas. Por outro lado, as amas usavam de artifícios para continuarem com crianças e contavam com a convívência e permissividade das autoridades locais, apesar de as tratarem sem amor nem piedade.

A exposta Emília da Natividade foi entregue à ama Francisca Soares em sete de Setembro de 1852. A 24 de Janeiro do ano seguinte passou para outra ama. Também a exposta Rufina Teresa tinha sido levada pela ama Maria Lopes, para sua casa, em Junho de 1852, mas em Janeiro do ano seguinte foi entregue a outra mulher. O mesmo aconteceu à exposta Rosa que, em Janeiro de 1852, foi levada pela ama Maria Faustina e em Março de 1853 passou para os cuidados de Maria Teresa da Silva²⁷.

Os maus tratos podiam ser motivo para a ama ficar sem o exposto, mas outras razões explicaram a mobilidade das crianças por diversas mulheres: casos de doença da ama ou do enjeitado foram responsáveis pela entrega dos enjeitados a outras mulheres²⁸.

²⁷ AMVV, Pasta do Pico de Regalados, *Folhas dos pagamentos das Amas criadeiras...*, não paginado.

²⁸ Em Coimbra, quando o exposto ou a ama adoeciam, a criança era devolvida à Roda e frequentemente entregue a outra mulher. Para o estudo dos expostos desta cidade leia-se Lopes, Maria Antónia, *Assistência e controlo social. Coimbra 1750-1850*, Viseu, Palimage Editores, 2000, p. 318.

Como se constata, algumas destas crianças circulavam por várias amas, passando apenas alguns meses em certas casas, facto que não abonaria em favor da sua estabilidade emocional.

Mas com que idade foram abandonadas estas crianças? A maioria era deixada algumas horas ou alguns dias após o nascimento. Manuel foi abandonado em 1802 à porta de Manuel de Sousa, do lugar de Curral, da freguesia de Pico de Regalados. O padre que o baptizou referiu que a criança teria “nascido a dois ou tres dias”. Já o exposto António José, igualmente abandonado em Curral, aparentava ter “tres a quatro meses”, mostrando que se havia crianças recém-nascidas, outras eram mais velhas. Apesar do esforço feito, a família de António José não o conseguiu criar, acabando por entregar essa função à caridade pública.

Na Vila de Pico de Regalados, mesmo depois da existência da Roda, algumas crianças continuavam a ser expostas às portas de famílias ou do procurador do concelho. Eram largadas nos caminhos ou às portas das famílias, que no dia seguinte ou passados alguns dias as levavam à Roda da vila.

No Alto Minho, o procedimento habitual quando se encontrava um exposto era gritar “Aqui d’el rei”, dando a conhecer o fenómeno à comunidade de vizinhos. Simultaneamente, afastavam-se suspeitas de conivência e responsabilidades sobre o próprio enjeite²⁹.

A criança era entregue na Roda pela pessoa que a encontrava. Os pais ou outros agentes de exposição não se davam ao trabalho de a levar à Roda ou simplesmente preferiam deixá-la à porta de alguém conhecido para melhor controlar o fenómeno da exposição. Eram normalmente mulheres que apareciam na Roda com estes filhos de ninguém. Muitas destas mulheres eram provavelmente conhecidas das mães das crianças e algumas eram mesmo as próprias parteiras. Mantinham sigilo sobre os progenitores e, por vezes, transformavam-se em amas.

Depois de chegarem à Roda, as crianças eram de imediato conduzidas à igreja para serem baptizadas, caso não fossem portadoras de bilhete onde se informasse que já lhes tinha sido ministrado este sacramento. A principal preocupação da rodeira era a de mandar sacramentar, para que em caso de morte, não partisse desprovida do baptismo. Quando não trazia bilhete e o padre não obtinha informação segura sobre o estado da criança, o sacerdote ministrava-lhe o sacramento sob condição. O mesmo acontecia quando a criança tinha sido apenas *ensopiada*. Em 1807, o sacerdote do Pico de Regalados baptizou o exposto António Vicente, abandonado à porta de Maria Araújo, da freguesia de S. Vicente de Caldelas, por ter sido informado pela mulher que o conduziu à Roda que “o tinha baptizado no caminho temendo que elle morresse; mas averiguando o modo como o tinha baptizado duvidou se estaria ou não baptizado e por isso o baptizei de novo”³⁰, acrescentou o referido sacerdote. Quando os enjeitados não traziam bilhetes que indicavam

²⁹ Sobre este procedimento veja-se Fonte, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, Viana do Castelo, Ancorensis Cooperativa de Ensino e NEPS, 2005, p. 117.

³⁰ ADB, *Livro de nascimentos de S. Paio do Pico de Regalados 1791-1859*, nº 441, fl. 43v.

o nome a dar-lhes no sacramento, era o pároco e os padrinhos que decidiam como se chamavam. Davam-lhes muitas vezes nomes de santos ou alusivos a personagens bíblicas, implorando e aguardando a sua protecção. “Joaquim Duarte Benedito”, “José de Jesus”, “Maria Teresa de Jesus”. “João de Deus”, “Maria do Carmo”, “Sebastião de São Tiago”, “Rosa de Jesus”, “Manuel de Jesus”, “Carolina de Jesus”, “Maria Josefa de Jesus”, “Lourença da Assunção”, “Manuel do Nascimento”, “Evangelista de S. Miguel”, “Lucas Maria do Espírito Santo”, “Lucas Evangelista” e “Delfina Alexandrina da Purificação”³¹, constituem apenas alguns exemplos.

Após a passagem pela igreja, as crianças recolhiam novamente à instituição onde aguardavam uma ama, que as levava para sua casa e as criava. O concelho pagava a criação até aos sete anos, altura em que se considerava que ela era capaz de aprender um ofício e sobreviver. Completada esta idade, operava-se a transferência destas crianças para os poderes do juiz dos órfãos, ficando sob a sua alçada até à maioridade.

Durante o tempo em que estavam em criação, os expostos beneficiavam também de ajuda médica em caso de doença. A Câmara de Pico de Regalados pagava a um cirurgião que prestava serviço aos enjeitados. Em 1854, recebeu de ordenado 13.500 réis pelo trabalho que teve no tratamento dos expostos. No ano seguinte, despenderam-se mais 4.500 réis com este prestador de cuidados de saúde³². Mas os gastos com os expostos não se circunscreviam ao cirurgião. Era preciso alimentar, vestir e calçar as crianças, quer fossem de leite, quer já tivessem mais alguma idade. Havia ainda despesas com combustíveis e consumíveis e obras de reparação inerentes ao funcionamento de uma instituição deste tipo³³.

Muitos pais abandonavam os seus filhos, mas aguardavam poder resgatá-los um dia, quando a vida lhes permitisse. Essa esperança acompanhava a criança num escrito que frequentemente colocavam com mensagens que queriam divulgar. Em 1817, Marcelina Rosa Josefa foi abandonada à porta de “huma filha de um homem por alcunha o caraça, no lugar de Quintela, freguezia de Coucieiro [...] foi exposta a noite do dia um para o dia dois de Setembro”. Acompanhava-a um bilhete que dizia: “Esta Menina vai por baptizar, não tem levado agoa de que fosse ensopeada e quem a baptizar lhe ponha o nome de Marcelina Rosa e quem a criar a trate com todo o zelo que a tudo se lhe ha de attender e brevemente se procura”³⁴. O terceiro nome Josefa foi colocado a pedido da madrinha.

Os pais esperavam procurar a sua filha, prometiam fazê-lo brevemente, pagar a quem a criasse e para melhor reconhecimento mandavam o nome que se lhe devia dar no baptismo.

Para mais facilmente não serem denunciados, os progenitores enjeitavam as crianças de noite, sabendo do risco de morte que muitos recém nascidos corriam.

³¹ADB, *Livros de nascimento de S. Paio do Pico de Regalados*.

³²AMVV, Pasta do Pico de Regalados, *Livro de receita e despeza 1849-1855*, não paginado.

³³Para os gastos de funcionamento da Roda do Porto leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, “A casa da Roda do Porto e o seu funcionamento (1710-1780)”, in *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. II, 1985, pp. 164-167.

³⁴ADB, *Livro de nascimentos de S. Paio do Pico de Regalados 1791-1859...*, fl. 74v.

Para além do bilhete, alguns expostos eram portadores de um pequeno enxoval que a mãe lhe mandava para os primeiros tempos de vida. Tratava-se de um acto de carinho, que materializava a preocupação da mãe em munir o seu rebento de algum aconchego material com as peças de roupa que lhe tinha preparado. Contudo, para o Pico de Regalados, os bilhetes preservados e transcritos nos livros de registo são poucos e só um relata um pequeno enxoval.

Em Dezembro de 1817, Inocência Maria, do lugar de Mouris, da freguesia do Pico de Regalados, levou uma criança ao baptismo. Disse na ocasião que a “tinhão posto a sua porta de noite por pessoas que diz não conhecer”. Interrogada para “averiguar se sim ou o dito minino teria sido baptizado solene ou particularmente, observei [refere o sacerdote] que a dita mulher duvidava responder, e apertada por mim com instâncias, expondo-lhe o que hera hua rebatização quando constasse de hum modo certo de que tinha sido baptizado; ella me respondeo o que elle trazia consigo cozidura, faixinha ou mantilha e pedindo-lhe mo entregou o tal escrito”.

O bilhete dizia apenas: “Este menino ja esta baptizado chamasse Jose Joaquim, quem ficar com elle ha de ser pago de seo trabalho porque se ha de procurar”³⁵.

Este caso testemunha o jogo que envolvia o fenómeno da exposição. As cumplicidades eram muitas, as meias palavras eram frequentes, as mentiras sucediam-se, porque se encobriam casos conhecidos. O exemplo de Inocência Maria é muito esclarecedor dos meandros deste mundo. Fica claro, como veremos, que a dita mulher sabia mais do que o que pretendia informar e só coagida e provavelmente ameaçada foi dizendo o que lhe convinha. Apertada pelo sacerdote:

“[...] declarou depois disto a mesma mulher que o mesmo homem que lho tinha entregue lhe dissera tambem vocalmente que elle ja estava baptizado e que havia ja onze dias que ella o tinha recebido e o tinha consigo. E perguntando lhe eu [o sacerdote] porque o trazia a baptizar sabendo que estava baptizado, respondeu-me e se desculpou dizendo que dicara porque a Camera ou o Escrivão da camera lhe dicara que se não pagava se não apresentasse certidão de baptismo da mesma criança”³⁶.

Afinal, Inocência Maria tinha conversado com o homem que lhe entregou a criança, provavelmente conhecia-o bem, mas o que mais lhe interessava era legalizar a situação do exposto perante a Câmara para poder receber o salário de ama.

O bilhete desta criança não acrescenta muito ao citado anteriormente e o enxoval de que era portador é denunciador dos fracos recursos da sua família: *uma cozidura, uma faixinha e uma mantilha*.

³⁵ ADB, *Livro de nascimentos de S. Paio do Pico de Regalados 1791-1859...*, fl. 76.

³⁶ ADB, *Livro de nascimentos de S. Paio do Pico de Regalados 1791-1859...*, fl. 76.

Normalmente, os padres interrogavam a rodeira ou outras mulheres que os traziam ao baptismo para saberem se eram portadores de bilhetes e se estavam ou não sacramentados. Os escritos podiam ainda ser uma fonte de informação para os próprios sacerdotes, quando conheciam a letra.

Em 1829, foi baptizada Luísa Maria, exposta à porta de Rosa Ramalhosa, da freguesia de S. Vicente de Caldelas. Passados três dias ficou à guarda da ama Maria Rosa, viúva, da freguesia de Pico de Regalados, que a levou a baptizar decorridos mais 20 dias. Quando foi abandonada trazia um bilhete que dizia: "Luisa Maria foi baptizada e tem padrinhos que e Santo Antonio e Luisa Maria". Referia-se ainda que seria premiado quem a criasse. Mas o sacerdote que a baptizou acrescentou: "eu não conheci a letra de quem fez a cedula, e mesmo porque estava feita segundo se infere maliciosamente dizendo ser padrinho Santo Antonio passei a fazer diligencia necessaria por saber se acazo teria sido baptizada ou não e como duvidava a baptizei solenemente" ³⁷.

O facto do sacerdote alegar que não conhecia a letra do bilhete, faz supor que haveria alguém identificado que servia de redactor de todos ou de uma boa parte dos escritos, e que era assunto público ou pelo menos do conhecimento dos que de perto lidavam com este drama. O sigilo era parcial e curiosamente as regras do jogo podiam quebrar-se quando se intrometia alguém desconhecido. Os interesses eram vários e convinha preservá-los.

O período em que se conheceu um maior número de expostos foi a década de 1845-1855, precisamente também a época em que a freguesia registou um aumento muito significativo da população, como se pode verificar através do quadro apresentado.

Quadro 1
Os expostos do Pico de Regalados nos séculos XVII-XX

Períodos	Enjeitados		Totais	Total de Baptizados	% de enjeitados em relação ao total de baptizados
	Masculinos	Femininos			
1600-1649	1	1	2	505	0.39 %
1650-1699	2	0	2	436	0.45 %
1700-1749	6	2	8	502	1.59 %
1750-1799	25	5	30	620	4.83 %
1800-1849	76	76	152	1.113	13.65 %
1850-1899	73	66	139	1.244	11.17 %
1900-1949	2	0	2	1.271	0.15 %
TOTAIS	184	150	334	5.691	32.15%

Fonte: Araújo, Maria Marta Lobo de, *O Pico de Regalados e a sua população...*, pp. 151-152.

³⁷ADB, Livro de nascimentos de S. Paio do Pico de Regalados 1791-1859..., fls. 130-130v.

Posteriormente, o volume de enjeitados decresceu e em finais do século XIX as crianças passaram mais frequentemente a ser expostas às portas alheias. João Alberto, foi abandonado em 1873, pelas duas horas da manhã à porta da viúva Custódia Maria Magalhães, do lugar de Mouris, da freguesia de Pico de Regalados, que nesse mesmo dia o levou a baptizar³⁸.

Desconhecemos a data exacta em que Roda de Pico de Regalados encerrou as suas portas, mas sabemos que se conservou após a extinção do concelho, em 1855. Contudo, nas últimas décadas desse século, as crianças passaram a ser abandonadas em locais estratégicos ou à porta de pessoas, parecendo significar que a Roda tinha sido desmantelada. Não podemos, contudo, estabelecer uma relação directa entre o abandono nos caminhos ou às portas e a extinção da Roda, porque houve sempre crianças largadas pelas portas.

O século XIX foi responsável por grandes mudanças na assistência às crianças pobres e abandonadas. Diversificou-se a oferta de apoio a estes desafortunados e em 1834 criou-se em Lisboa o Asilo da Infância Desvalida³⁹. Estas instituições espalharam-se por todo o país, como demonstração da ineficácia das Rodas e da necessidade de serem encontradas novas soluções de assistência para as crianças pobres. Porém, só recebiam crianças com dois ou mais anos e os expostos eram na sua maioria recém-nascidos.

Em meados do século XIX, rebentou um intenso e polémico debate sobre as vantagens, inconvenientes e legitimidade das Rodas, como resultado das preocupações com as condições higiénicas e sanitárias de acolhimento dos expostos, procurando-se reduzir as suas taxas de mortalidade. Esta polémica foi nacional, com repercussões em termos locais, e muito viva nos jornais da época. Considerado o dramatismo e o estado caótico em que se encontrava a assistência a estas crianças, o governo decidiu abolir as Rodas em 1867 e criar os Hospícios. A medida procurava apoiar as famílias indigentes na criação dos seus filhos e melhorar a assistência dada às crianças abandonadas. Como a partir desta data as crianças não se podiam expor, passaram a ser abandonadas em locais de passagem de pessoas, à porta de casas particulares e à do próprio Hospício. Muitas destas instituições funcionavam na casa onde anteriormente existia a Roda, consentindo a prática da exposição naquele local⁴⁰.

Desde que atestada a pobreza das famílias, os seus filhos podiam ser criados nos Hospícios. Estas instituições recebiam crianças abandonadas, órfãos desamparados, filhos de pais miseráveis que estivessem presos ou desterrados, fossem de idade avançada ou de pais gravemente doentes, ou de mães indigentes.

Paralelamente, foi desenvolvida a prática de subsídios de lactação a famílias com extrema necessidade, possibilitando a criação das crianças no seio da sua família biológica. Porém, em muitas localidades a concessão destes subsídios não contribuiu para a diminuição do volume de exposições, pelo menos até à extinção da Roda⁴¹.

³⁸ ADB, *Livro de nascimentos de S. Paio do Pico de Regalados 1872-1885*, nº 443, fl. 9v.

³⁹ Para este assunto confira-se Fonte, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza...*, p. 237.

⁴⁰ A propósito do enquadramento legislativo desta temática consulte-se Fonte, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza...*, pp. 211-291.

⁴¹ Sá, Isabel dos Guimarães; Cortes, Nuno Osório, "A Assistência à Infância no Porto do Século XVIII", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 5 (1-2), 1992, pp. 179-190.

Em finais do século XIX surgiram as creches. Recebiam gratuitamente as crianças pobres e cuidavam dos filhos das famílias carenciadas, durante o período de trabalho dos pais.

Embora fossem considerados meninos de ninguém, alguns enjeitados eram recuperados pelos seus familiares, que num acto de desespero e grande angústia os tinham deixado sós e abandonados. Mas se era dramático tomar esta decisão, alguns progenitores mantinham a esperança de os recuperar. Em alguns textos escritos os pais esperavam resgatá-los logo que possível e preocupados com as amas, prometiam gratificá-las, aguardando um bom tratamento. Demonstravam apreensão e sentimentos de grande afecto pelos seus rebentos⁴².

Aparentemente longínquo e sem atingir os níveis de outrora, o fenómeno da exposição mantêm-se vivo nos nossos dias, trazendo novamente este problema para a ribalta e fazendo recordar tempos em que muitas crianças eram meninos de ninguém.

⁴² Leia-se Ariès, Philippe, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Édition du Seuil, 1977, pp. 178-190; Gélis, Jacques, "A individualização da criança", in Ariès, Philippe; Duby, Georges, *História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 311-329.